



## Escola, democracia e corpo

Marcus André Vieira

### Resumo

"A psicanálise muda. É um fato", afirma J. A. Miller. E a Escola?

Colegas são admitidos como membros, amigos se vão, Diretorias e Conselhos a cada vez bem diferentes deixam sua marca, mas, dado seu caráter radical, a pergunta insiste: A Escola, não apenas como comunidade, mas como conceito, muda?

Entendo que tomar a Escola como conceito, no sentido proposto por Lacan, supõe pelo menos três coisas.

1. *A existência de analistas na cidade*, na singularidade de sua prática. De fato, Lacan na "Proposição..." não parte, como implicitamente fazia a IPA, de uma definição ideal de analista para, a seguir, delimitar sua Escola como associação de analistas. Apenas assume que os analistas existem, não importa a partir de qual formação.

2. Dado que há analistas, o que define um analista? É exatamente essa pergunta que permite que a Escola seja *a comunidade dos que se interrogam "De onde vem os analistas?"*. A Escola é a forma coletiva, o modo de colocar em tensão os discursos dos analistas, e não analistas, sobre a prática da psicanálise.

3. É preciso, no entanto, que essa comunidade se recuse a recobrir a singularidade dessa prática (e do sujeito dessa prática, o sujeito do inconsciente) com significados universais coletivos. A Escola aposta que a existência da psicanálise, do real da prática do analista, será abordada e demonstrada a cada vez por saberes que desvelem aspectos de sua verdade em contextos específicos e ao modo da surpresa mais do que da acumulação de saber. Dito de outro modo, *o saber da Escola é o saber da interpretação*.

Aceitar essas três proposições equivale a dizer que a Escola não pode ser pensada fora das situações concretas de sua existência ao preço de se tornar uma ideia congelada no céu dos conceitos lacanianos. Foi o que fez Lacan encarná-la de variadas maneiras no contexto em que a definiu, por

exemplo, como *refúgio*. É também o que levou J. A. Miller a compará-la a um *sujeito* e repensá-la incessantemente em seu *Curso* ou em intervenções em eventos do Campo Freudiano.

Ora, as Escolas, tomadas do ponto de vista da sua existência, assumem formas administrativas distintas a cada país, no âmbito de suas leis específicas. No Brasil, por exemplo, a Escola é mais federativa do que em outros países. Cada Seção é uma instituição autônoma e sempre devemos estar atentos à tendência de cada uma a levar sua vida sem considerar a EBP a não ser como entidade distante. A EBP, por sua vez, é uma instituição também autônoma com relação às Seções e Delegações, sem direitos sobre a direção ou coordenação destas do ponto de vista jurídico. Não é à toa que apenas há poucos anos a EBP tem uma sede e que esta se mantém exclusivamente de caráter administrativo.

Dizemos que as dimensões continentais do país levam a este estado de coisas. É mais provável que tenhamos, nas origens, seguido o sistema federativo brasileiro, que visa reproduzir, pelo menos em parte, a autonomia dos estados americanos. O essencial é que todo um delicado tecido de permutações e articulações é necessário para que entre a EBP e as Seções estabeleça-se uma relação em que a Escola seja o Outro da Seção, para que esta possa ser a base daquela. É preciso a cada dia em nossa Escola que a transferência seja mais decisiva que os estatutos. Isso sem contar o caráter “saltimbanco” de seus membros, quase itinerantes, como destacado por Marcela Antelo.

A paisagem muda muito em cada região e em cada país. O risco do efeito de dispersão é importante, mas nem tanto com relação ao modo como cada Escola assumirá uma forma de vida distinta. A dispersão é perigosa quanto ao modo como os membros poderiam eventualmente produzir versões coletivas “locais” da realidade de sua prática, levando a que, por exemplo, uma Escola sustentasse um modo próprio, específico de conceber o que faz um analista. Para reduzir esse perigo, além de nossas trocas constantes e o trabalho orientado em direção a nossos congressos, Miller propôs a *Escola Una*, com seu efeito de transversalidade tal como passe pode ter para todas as Escolas.

Até aqui, recapitulação. É que o tema do *aggiornamento* dos estatutos das Escolas da AMP, proposto por Miller, em articulação com sua intervenção quanto à presença da psicanálise na vida política, me parece exigir um ou dois passos para trás, não para recuar, nem mesmo para tomar impulso para o salto que se anuncia, mas para perceber, já em pleno vôo, quais foram nossos pontos de apoio para saltar.

A proposta de Miller é mais do que insistir em que sejamos atores da política. É preciso, para trazer a política para nossa prática, tomar a política no plano de nossa clínica e não apenas no da vida na cidade. Faz sentido, pois se a diferença entre privado e público se torna porosa e nossos analisantes não têm mais a mesma relação com a intimidade que nos tempos de Lacan, se qualquer diferencial é tomado como singularidade, como imaginar que poderíamos trabalhar no segredo dos consultórios, buscando uma singularidade quase sagrada?

Em outras palavras, o analista não é mais uma existência que pode ser tomada como ponto de partida, como pôde fazer Lacan em 67. Para garantir a presença do real da psicanálise no mundo é preciso estar também e especialmente na *polis*, pois é necessário "produzir" a presença do real do inconsciente na cidade, incluindo-se nisso o campo político, já que este concentra boa parte da ação na cidade em relação aos discursos que a atravessam.

Parece-me que isso nos leva a pensar a Escola introduzindo um quarto item na minha lista acima.

4. A intervenção do analista, de sua prática, deve ser medida com relação ao que ocorre no campo social, mais que isso, porém, o campo em que a necessidade de instaurar seu lugar é decisiva é o espaço político deste campo.

Neste espaço, entre outras coisas, vive-se a crise da representação, da política partidária. Estaríamos também em plena crise da democracia? A democracia, pelo menos desde a segunda guerra nos países ocidentais, baseia-se no texto da constituição para garantir o estado de direito. Um texto, não um soberano, isto é, a incorporação, na constituição, dos direitos humanos de maneira mais ou menos estável e universal. É recente, no Brasil, data de 88!

Dizemos que a psicanálise não viceja sem a democracia. No entanto, se seguimos a estrutura do discurso analítico tal como escreve Lacan, podemos ser mais específicos e afirmar que se há campo em que ela encontra em maior grau seu poder de subversão é aquele regido pelo discurso do mestre. Segundo este discurso um S1, por sua ação sobre os saberes instituídos, produz verdades e neste processo, define-se igualmente um resto. É a partir deste lugar que o analista apoia sua intervenção interpretativa de reconfiguração do campo do saber. Exatamente por isso, Lacan chega a definir o inconsciente freudiano a partir do discurso do mestre.

No caso do estado democrático de direito, mesmo na ausência do soberano, o texto da constituição sustenta uma estrutura que permite o desenrolar, no social, do discurso do mestre. No entanto, o discurso do mestre contemporâneo é cada vez mais próximo da gestão ou da máquina do mercado neoliberal, que partem do objeto-resto, tornado mercadoria, para lançar sua ação de modo quase análogo ao discurso analítico, como indicava Miller em “Uma fantasia”. De onde partirá o ato analítico, então, se o mestre está vendendo sua enunciação a quem pagar melhor e se o objeto que ele interditava está no zênite?

Fora do estado de direito constitucional e sem estar em contradição com ele, contarão menos as vozes, os votos e os debates e mais a movimentação dos corpos. É como entendo o que tentam apreender Negri com sua *multidão* e Laclau com seu *povo*. Os movimentos de corpos em manifestações ou a concentração nas ocupações tornam-se uma força no jogo da política. Encontrar as palavras que fazem interpretação e produzem a reunião dos corpos torna-se uma função essencial. O analista pode ter um papel a desempenhar com relação a esse movimento. Não como conselheiro dos políticos, hoje reduzido ao marqueteiro, nem como herói da desidentificação, hoje presente apenas em uma oposição purista. Talvez como alguém que sabe o valor do *witz*, do senso da oportunidade, presente em cada *hashtag* ou *meme* que viraliza.

Para quê? Para interpretar, sempre. Só que talvez não mais como no discurso do analista, em que o resto interpreta. Quando alguém como Lynn da Quebrada faz a apologia da *bixa preta* em seus raps e do gozo de “travecar”, o que faz efeito não é tanto a surpresa do excluído que passou a se incluir, como nos rolezinhos do *shopping* por exemplo. Afinal, rapidamente tudo se torna mercadoria. Se sua voz prende e perturba é mais porque nomeia um gozo *trans* que se apresenta como a brecha por onde o real atrapalha, faz sintoma e impede a circulação das mercadorias.

Em sentido análogo, o analista talvez valha hoje menos por sua interpretação no sentido que lhe deu Lacan (de corte e ressignificação pela reintrodução do resto na consideração do ego) do que pela surpresa que provoca ao propiciar, com as nomeações que acolhe, um lugar para o real. Este anda tão oculto sob as proezas da ciência e promessas do mercado que sua localização, abre-nos ao que do corpo é vida que resiste a se tornar objeto e insiste como *sinthoma*.